

FORMAÇÃO DE PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma experiência do componente Libras nos cursos de graduação da UNEB/Campus X

Cristiane Gomes Ferreira¹
Guilhermina Elisa Bessa da Costa²

Este trabalho constitui-se em uma pesquisa com o objetivo de analisar a percepção dos estudantes dos cursos de Licenciatura no Campus X, da Universidade do Estado da Bahia, quanto à implantação da Libras na modalidade semipresencial e discutir seus efeitos junto aos estudantes, cuja obrigatoriedade foi estabelecida pela Lei nº 5.626/05 para os cursos de licenciatura. Como aporte teórico, utiliza-se KARNOP (2005), QUADROS (2006), STROBEL (2008), dentre outros. Como coleta de dados foi utilizado questionário com questões abertas. Concluímos que inclusão da Libras no currículo dos cursos de licenciatura contribui para a compreensão da estrutura da Língua, com vistas à valorização da cultura surda.

Palavras-chave: Libras, Educação de surdos, Educação à distância.

Introdução

A necessidade e urgência de desenvolver uma educação mais inclusiva se tornou imperativo nas escolas mundiais e brasileiras, isso porque, as reivindicações dos movimentos sociais relativo às pessoas com deficiência têm gritado com mais força, conclamando a sociedade a agir com mais igualdade.

Esse assunto tem trazido novos questionamentos sobre a escola, sua função social, formação de professores, bem como, enfrentamento de paradigmas que supostamente deveriam estar vencidos nesse século XXI, que são: a exclusão e preconceito.

Desse modo, na sociedade contemporânea, discussões sobre educação inclusiva assume lugar central nos fóruns e congressos educacionais na tentativa de superação da lógica da exclusão.

No debate acerca da educação inclusiva podemos perceber ao olhar para historicidade que no processo civilizatório da sociedade ocidental ela não deu privilégios ou espaço para o indivíduo que não era tido como eficiente.

O século XXI já iniciou e os desafios concretizar uma sociedade inclusiva são enormes, um fato significativo que já começa a ser percebido é o pensamento pós-moderno,

¹ Professora da Universidade do Estado da Bahia/DEDC X. Mestre em educação. Especialista em Educação inclusiva. E-mail: crisgfe.inclusao@gmail.com

² Professora da Universidade do Estado da Bahia/DEDC X. Mestre em educação. Especialista em Psicopedagogia e Docência do Ensino Superior. E-mail: guilbessa@yahoo.com.br

que considera deficiência sinônimo de diferença e tem a ver com o reconhecimento do outro. As autoras Mantoan e Baranauskas (2009) acrescentam que a deficiência passa a ser vista na interação entre indivíduo e sociedade.

Uma outra questão que se pode acrescentar a esse assunto, é sobre a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de formação em licenciatura, foco principal de nosso trabalho. Ressaltamos que essa Língua desde 2002, foi transformada em segunda língua oficial do Brasil (Lei 10.436) e dá outras providências, tais como o Artº 2º que fala que deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva das comunidades surdas do Brasil.

O Decreto nº. 5626 criado em 2005 regulamentou a Lei nº 10.436/02 e que muito auxilia na proposta de formação docente, pois estabeleceu a inclusão da Língua Brasileira de Sinais, como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e nos cursos de Fonoaudiologia. Nesse decreto também constam determinações quanto ao uso de interpretes nas instituições de ensino básico e superior que tenham matrícula de estudante surdo, e orientações quanto a promoção de cursos para formação docente em libras e interpretes.

Para a realização da pesquisa, temos como problemática anunciada, a seguinte questão: O componente curricular libras na modalidade semipresencial oferecido pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, no Departamento de Educação Campus X tem contribuído para o conhecimento dos estudantes em relação à educação de surdos e a língua brasileira de sinais (Libras), conforme preconiza a legislação brasileira?

Para responder a essa problemática, foi definido como objetivo: analisar se o componente curricular libras na modalidade semipresencial oferecido pela UNEB tem contribuído para o conhecimento dos estudantes em relação à educação de surdos e a língua brasileira de sinais (Libras), conforme preconiza a legislação brasileira.

1. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto brasileiro

O Brasil apresenta um quadro expressivo de crianças, adolescentes e jovens que apresentam problemas de comunicação e surdez, em vários níveis e por vezes desenvolvem dificuldades para acompanhar o desenvolvimento escolar, pois falta mediação adequada e professores habilitados. Por esses motivos, os estudantes surdos, podem ser vítimas de repetência, desânimo, defasagem série-idade, entre outros, ocasionando um quadro de reprovações e evasão escolar em função das dificuldades enfrentadas pelos educandos.

Percebe-se que há uma necessidade urgente de compreender o processo de ensino-aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais, definir os termos adequadamente e, buscar formas de intervenção pedagógica e psicopedagógica na perspectiva de promover a inclusão, não apenas no âmbito escolar, mas em todos os âmbitos: cognitivos, afetivos e sociais, proporcionando intervir junto ao ser que aprende, na perspectiva de evitar o fracasso escolar e facilitar os processos de aprendizagem.

E para fundamentar esse estudo são utilizados como fonte bibliográfica: FELIPE (2004), KARNOP (2005), QUADROS (2006), SÁ (2002), SACKS (1998), SKILAR (2001), STROBEL (2008), BOSSA (1994), MANTOAN (2009), VIERA-MACHADO (2008), STAINBACK (1999), dentre outros.

Para o acompanhamento das crianças surdas, são necessárias mudanças de paradigmas no que tange aos professores e a escola como um todo. Estes elementos no processo educacional não estão sozinhos: deve participar, também a família, pois o discente ao inserir-se na escola, traz consigo uma história vivida dentro do seu grupo familiar.

Nessa perspectiva é importante ressaltar que o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, é relevante para minimizar os impactos da exclusão dos educandos surdos que por vezes são rotulados e discriminados por não acompanhar ao desenvolvimento da aprendizagem escolar.

Ressalta-se que a inserção da Língua Brasileira de Sinais nas licenciaturas, gradativamente dissociam a surdez da perspectiva da deficiência, corroborando para a inclusão do surdo na escola regular, pois como assevera Machado (2008, p. 78) “pouco adianta a presença dos surdos se a escola ignora sua construção histórica, cultural e social”.

Nessa direção Strobel (2008, p.102) ressalta que é muito difícil encontrar professores habilitados para trabalhar com os alunos surdos em sala de aula e que só agora com o decreto n. 5626/2005 que dá obrigatoriedade das aberturas de cursos de Libras nestes cursos.

No que tange a legislação que vislumbre mecanismos de acessibilidade para os estudantes surdos (as), ainda há um caminho longo a percorrer. Conforme assevera Tavares e Carvalho (2010) no Brasil mesmo com as políticas públicas ainda existe um grande fosso. Há lei para acessibilidade que garante interprete de Língua de Sinais/ Língua Portuguesa durante as aulas, mas, na prática, o que se percebe, é o aluno surdo mais excluído do que incluído nas salas de aula regulares, enfrentando dificuldades que, muitas vezes os seus familiares é que tentam minimizar, buscando soluções nem sempre eficientes para ajudá-los.

Nessa perspectiva, percebemos que algumas barreiras precisam ser vencidas, para evitar o processo que os autores pontuam de inclusão/exclusão, os quais podem gerar

impasses no processo de ensino-aprendizagem e interação dos estudantes surdos. Portanto, mudanças ainda são necessárias, tanto na formação do educador, quanto na inclusão do estudante surdo na escola regular e também na universidade.

2. O componente Libras no currículo dos cursos de Licenciatura da Universidade do Estado da Bahia/ Campus X

Em virtude da exigência do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, reconhecida pela Lei nº 10.435/02, a disciplina foi implantada nos cursos de licenciatura nos cursos de Pedagogia, História, Biologia, Letras Inglês e Letras Português e Matemática da Universidade do Estado da Bahia, no Departamento de Educação – Campus X, localizado na cidade de Teixeira de Freitas.

A UNEB é uma das quatro (04) universidades estaduais da Bahia, possui 24 *Campi* distribuídos em várias regiões do Estado, e cada um possui uma administração própria, com diretores que trabalham em conjunto com o reitor. Devido à necessidade de atender as demandas de ensino superior no interior do Estado, ela priorizou os cursos de licenciatura, nos quais vem atendendo ao sistema educacional dos municípios com professores para educação básica.

Até o ano de 2010 a Universidade não vinha cumprindo as exigências do Decreto 5626/05, em virtude da falta de estrutura. Contudo, a partir desse ano, foi criada a Resolução nº. 1233/10 que cria o componente curricular Libras para os cursos de graduação. Essa resolução também especifica que a disciplina de Libras poderá ser ofertada nas modalidades presencial e a distância, sendo de caráter obrigatório a carga horária de 60 horas.

Devido à estrutura de multicampia (24 Departamentos) e a dificuldade de contratação de professores de Libras que cumprissem as exigências da função nas várias localidades, a grande maioria dos cursos (exceção Campus I – Salvador) ficaram sem esse componente em sua matriz curricular. No ano de 2012 foi aprovada, a Resolução nº. 1508/12 que aprova as condições e procedimentos para a oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial nos cursos de presenciais de graduação, até o limite de 20% da carga horária do curso.

Essa medida veio facilitar aos coordenadores de colegiados a implantação nos cursos de licenciatura o componente curricular libras na modalidade semipresencial. O componente Libras é organizada na modalidade semipresencial, emprega como procedimentos

metodológicos: o acesso ao AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), com a mediação de um professor presencial em cada Departamento e professores especialistas com conhecimentos de Libras

3. A Pesquisa

Esta pesquisa enfatizou os aspectos qualitativos do ambiente universitário, nesse caso, da Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação – Campus X.

Nessa direção, Creswell (2010) menciona que a pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes. O foco passa a ser as percepções e as experiências dos participantes e a maneira como eles extraem sentido em suas vidas.

Do ponto de vista metodológico e dos seus objetivos esta investigação é uma pesquisa participante, pois “caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”. (GIL, 2002, 55)

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário que foi escolhido como instrumento, pois proporciona agilidade no processo, possibilidade de abarcar um número maior de participantes e deixa as pessoas mais a vontade no momento da resposta.

A coleta de dados foi realizada junto aos graduandos dos cursos de Licenciatura do Departamento de Educação - Campus X, da Universidade do Estado da Bahia, que já fizeram ou que estão cursando a disciplina no atual semestre. Foram aplicados 102 questionários entre os cursos de História IX (25), Pedagogia V(27), Matemática I (25) e Letras Inglês IX (10) e Vernáculos VIII (15). O curso de Biologia ficou fora dessa amostragem, pois no dia da aplicação do questionário estavam realizando atividades relacionadas ao estágio supervisionado. Como amostragem, pegamos 25% de cada turma, pois compreendemos que esse percentual nos daria um reflexo sobre o que estamos pesquisando.

4. Resultados e discussões

Como docentes presenciais do componente curricular Libras no Campus X/UNEB tem-se vivenciado experiências interessantes ao trabalhar com essa disciplina em sala de aula, mas a pesquisa realizada com as turmas e apresentadas nesse trabalho nos possibilitaram um olhar mais crítico em relação aos resultados que esse componente tem tido na formação de

futuros professores de História, Biologia, Pedagogia, Matemática e Letras (Inglês e Vernáculos).

No que tange aos procedimentos metodológicos da disciplina, sempre nos causa questionamento se a Libras, uma língua espaço visual gestual, ofertada de maneira semipresencial tem possibilitado aos estudantes compreensão da importância dela para educação dos surdos, em virtude que a mesma contempla uma carga horária de 60 horas de aula.

Para essa pesquisa foram selecionadas 03 questões que respondem as inquietações principais desse trabalho. As respostas foram selecionadas aleatoriamente e para efeito de organização aqui denominamos Graduando de Matemática (GMAT), Graduando de Letras Inglês (GLEI), Graduando de História (GHIS), Graduando de Letras Vernáculos (GLEV) e Graduando de Pedagogia (GPED). Por causa das especificações para elaboração desse trabalho, não colocamos nas análises e discussões as falas de todos os estudantes, por compreender que as respostas descritas dos selecionados refletem a amostragem selecionada.

Uma das perguntas feitas aos estudantes foi: **a) Qual a concepção acerca do componente curricular Libras no curso de graduação na modalidade semipresencial?**

GMAT1 - *“É uma forma de começar a despertar o interesse dos futuros professores em Libras e melhorar a educação, apesar de que a modalidade semipresencial não me agrada muito. Acho que seria melhor se fosse ofertado na forma presencial”.*

GLEI2 - *“Acho de grande importância o estudo de Libras no curso de licenciatura. No entanto, o tempo de estudo é curto, nos dando a oportunidade de ter um bom conhecimento das leis e, pouco conhecimento da própria linguagem”.*

Observa-se na fala dos estudantes que eles são unânimes em colocar que o componente é importante e tem possibilitado conhecimentos em relação ao estudo de Libras, as políticas públicas e as leis, entretanto, todos abordam que seria melhor a disciplina acontecer na modalidade presencial, pois o tempo é curto e há pouca prática do ensino da língua.

Moran (2002) estudioso do campo das tecnologias e educação vem nos falar sobre Educação à distância que ela é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e estudantes estão separados espacial e/ou temporalmente. Ainda coloca que a semipresencial acontece em parte na sala de aula e outra parte a distância, por meio da tecnologia. Ainda segundo o autor Educação a distância não é um "fast food" (p. 3) em que o aluno se serve de algo pronto. É uma prática que permite um equilíbrio entre as necessidades e habilidades individuais e as do grupo - de forma presencial e virtual.

Hoje no Brasil educação à distância já é uma realidade, principalmente, no ensino superior que tem introduzido vários cursos nessa modalidade. O que se verifica é que ensino à distância exige uma flexibilização curricular e maior disciplina dos estudantes com relação aos estudos.

No caso específico da UNEB como já exposto anteriormente, esse componente teve a sua implantação na modalidade semipresencial por causa de dois fatores chaves, o primeiro, como o estudo da Libras é um campo novo de atuação, que teve o seu reconhecimento legal em 2002, por meio da Lei nº 10.436, há uma carência generalizada no país e especialmente na Bahia, de profissionais formados, habilitados e certificados para ministrar o componente curricular Libras. E o segundo, talvez o principal motivo da oferta ser semipresencial, sendo reflexo do primeiro, pela organização institucional de *multicampia* da universidade que possui 29 Departamentos sediados em 24 cidades diferentes abrangendo 18 dos 26 Territórios de Identidade do Estado da Bahia. Por esses fatores, a Pró-reitoria de Ensino de Graduação - PROGRAD deliberou como alternativa mais viável e no atendimento a legislação brasileira, ofertar esse componente curricular na modalidade semipresencial.

A segunda questão levantada: **b) em que medida o componente curricular Libras tem contribuído em sua formação enquanto futuro docente?**

GPED5 – “Pensar em limitação não é uma tarefa fácil. Falar de inclusão gera um discurso bonito, porém vivenciar isso na prática é um processo difícil, ter Libras no meu processo de formação é uma forma de iniciar uma quebra de barreiras impostas pela sociedade e por nós mesmas enquanto discentes”.

GHIS6 – “No sentido de ampliar minha ação pedagógica e perceber as possibilidades de um aprimoramento mais intenso no conhecimento tanto teórico como prático de LIBRAS”.

O que podemos observar nas falas dos estudantes, bem como nas interações como docentes em sala de aula nos momentos presenciais, é que mesmo sendo uma modalidade de aula semipresencial e com todas as críticas efetuadas a essa prática (questão a), percebemos um novo olhar dos estudantes para educação de surdos, e o reconhecimento da Libras como língua da comunidade surda, sendo necessário na visão deles, o conhecimento da língua na formação docente.

Precisamos esclarecer que a comunidade surda vem historicamente lutando para que sua cultura e língua sejam reconhecidas. A partir das mobilizações dos movimentos surdos e da promulgação das leis de acessibilidade e da Libras muitas atitudes preconceituosas e excludentes estão se modificando. Stumpf (2008, p. 16) relata que hoje, 44 países reconhecem oficialmente as Línguas de Sinais e os direitos linguísticos dos surdos.

É possível, portanto, identificar nas falas dos estudantes que o reconhecimento da cultura surda é imprescindível na formação de professores partilhando com as crianças surdas de um mesmo entendimento (respeito ao ser surdo), pois desse modo eles podem auxiliá-las a estabelecer suas identidades e construir suas relações sociais, linguísticas e culturais com seus pares.

A terceira questão analisada na pesquisa foi: **c) como as aulas do componente Libras auxiliam o estudante na percepção acerca dos avanços e desafios da inclusão de crianças surdas na escola regular?**

GLEV2 – “o que existe ainda é muito pouco diante da necessidade. Precisamos de mais cursos e uma formação continuada para o aprimoramento”.

GHIS3 – “Percebemos claramente nas aulas que tivemos até o momento, o despreparo das instituições de ensino público e privado, o despreparo dos profissionais de educação, e o descaso das instituições políticas na atenção a comunidade surda. Nossas escolas de ensino fundamental e médio estão preparadas para receber o aluno surdo? Como aplicar o currículo disciplinar e ao mesmo tempo alfabetizar o professor no conhecimento e na interpretação da língua de sinais?”.

Notamos pelas respostas dos discentes que estamos obtendo avanços no que diz respeito à educação de surdos nas escolas regulares, contudo, todos descrevem que o processo ainda encontra-se lento, da necessidade de formação continuada de professor e que a contratação de intérpretes, pois nas escolas tem encontrado falhas, seja na falta de profissionais habilitados, como também do cumprimento da Lei nº 5626/05 que garante a contratação de intérpretes nas instituições de educação básica e ensino superior.

Por causa dessas e outras questões, principalmente, de identidade cultural, a comunidade surda nos dias atuais vem defendendo uma escola só para surdos (bilíngue). Sá (2011) faz uma crítica à escola regular, relatando que o estudante surdo normalmente fica isolado e sem qualquer tipo de atendimento específico, geralmente não há intérpretes, e, quando há, costumam ser pessoas com pouquíssimo conhecimento da Libras e das disciplinas que interpreta, outra situação é que os professores ouvintes, com intérpretes ou sem, utilizam a língua oral em sala de aula com foco nos estudantes ouvintes. E, por fim, não são disponibilizadas salas para surdos aprenderem português como L2, e eles são obrigados a ficarem com os ouvintes nas aulas de língua portuguesa como L1; os surdos não têm a disciplina Libras como L1.

Ainda analisando as respostas dos estudantes percebe-se uma crítica à inclusão do surdo nas escolas regulares, entretanto, as respostas estão embasadas dentro de um conhecimento científico, adquirido pelas leituras e discussões em sala. Observa-se que elas

não são mais caracterizadas pelo senso comum, “não serve”, “professores não preparados”, dentre outras.

Assim pode-se verificar que ao estudar o componente curricular Libras, os estudantes têm vivenciado uma problematização da realidade e um olhar diferenciado para o outro, seja ele surdo, ou ouvinte, ressignificando a concepção da surdez, de cultura surda e de inclusão.

Considerações finais

A partir do estudo realizado, pode-se evidenciar a necessidade do aprofundamento de discussões no contexto da inserção da Libras nos currículos do curso de licenciatura. Entre os aspectos que favoreceram o processo de inserção do componente curricular nos cursos de licenciatura na modalidade semipresencial no Departamento de Educação – Campus X da Universidade do Estado da Bahia, enfatiza-se a oportunidade que os graduandos dos cursos tiveram em estabelecer um contato inicial com a Língua, principalmente, nos aspectos teóricos e por meio do contato com um professor especialista em Libras e dos diferentes procedimentos metodológicos viabilizados pela disciplina.

Do ponto de vista da prática da Libras, a maioria dos estudantes que participaram da pesquisa, reconhecem a importância do seu estudo. No entanto, a carga horária de 08 horas, destinada para a oficina de libras, foi considerada pelos discentes como sendo insuficiente, tendo em vista a sua relevância, pois é necessário mais tempo para se apropriar dos conhecimentos práticos que a língua preconiza, por se tratar de uma língua com uma estrutura morfológica, semântica, fonológica e sintática própria.

Além do exposto, alguns discentes consideram que a disciplina deveria ser ministrada na modalidade presencial. Sobre isso pode-se destacar duas questões: em primeiro lugar, enfatizar as dificuldades dos discentes em se trabalhar com a modalidade a distância, mesmo que seja somente 20% da carga horária da disciplina. Em segundo lugar, ficou perceptível que a aprendizagem da língua de sinais faz parte das expectativas de grande parte dos estudantes, o que é compreensível, no entanto a carga horária de 60 horas não é suficiente para a aprendizagem de qualquer língua.

Outra análise da pesquisa refere-se a formação docente, na qual os discentes consideram a aprendizagem da Libras de suma importância para a sua formação como futuros professores. No que tange a inclusão de surdos na escola regular, destaca-se que há uma discrepância entre as leis e a realidade, pois ainda existe um grande desafio a enfrentar no que se refere as políticas públicas para a educação de surdos.

Salienta-se também que o componente ministrado na modalidade semipresencial tem atingido os seus objetivos no que se refere a sensibilização e também proporciona novos conhecimentos teóricos e práticos acerca da Libras e da cultura surda.

Pode-se, portanto, finalizar ressaltando que essa pesquisa não se esgota nesse trabalho, haja vista que o estudo da Libras e da educação de surdos no Brasil encontra-se na pauta dos fóruns e congressos de educação da atualidade.

Referências

BRASIL, Decreto federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005.

CAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa. (org.) **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. Vozes, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. Atlas: São Paulo, 2002.

MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: ED, da UFSC, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração X Inclusão: escola de qualidade para todos**. Pátio -revista pedagógica/ Artes Médicas. Porto Alegre/RS, 1998, .p. 48-51.

MORAN, Jose Manuel. **O que é educação a distância**. Disponível em http://www.prodcente.redintel.com.br/cursos/000009/colaboracao/art_ead_moran_quee_educacao_a_distancia.pdf. Acesso em 10/05/14.

SÁ, Nídia de. **Surdos: qual escola?** Manaus: Editora Valer e Edua, 2011.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 1.ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

STUMPF, Marianne Rossi. **Mudanças estruturais para uma inclusão ética**. In Estudos surdos III/ Ronice Müller de Quadros (Org.). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.